



**Visita Temática:  
Roteiro de Visita – 30 anos da  
Constituição Federal de 1988, a  
Constituição Cidadã**

### 1. Boas-Vindas – Salão Nobre da Câmara dos Deputados

Sejam bem-vindos ao Palácio do Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo do Brasil.

Aqui, deputados e senadores, respectivamente representantes do povo e das unidades da federação, exercem os seus mandatos.

Hoje, o roteiro que seguiremos será especial: conheceremos um pouco sobre a Constituição Federal de 1988, também conhecida por Constituição Cidadã, que completa 30 anos neste ano.

Bem, antes de começarmos nossa visita, gostaríamos de dar algumas instruções iniciais. A nossa visita possui um cunho historiográfico e trata de um período da nossa história recente. Nada que falamos aqui é da nossa opinião particular, mas é fruto de muito estudo e de fontes sérias. Temos como objetivo esclarecer todas as dúvidas e esperamos contribuir ao máximo para isso. Portanto, aqueles que quiserem fazer perguntas ou comentários podem ficar a vontade.

É possível fotografar e filmar durante a visita, mas peço que desliguem o flash para fotografar as pinturas.

Coloquem seus celulares no modo silencioso.

Permaneçam próximos a mim, de forma a evitar se perder ou chocar com outros grupos.

Ajude a preservar o nosso patrimônio: não toque nas obras de arte.

A nossa visita começa aqui, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Este é um espaço destinado a receber autoridades que venham visitar a casa e receber pequenas exposições ou eventos.

Foi o local onde o deputado Ulysses Guimarães recebeu autoridades na ocasião da promulgação da Emenda Constitucional nº 26, que convocou, em 27 de novembro de 1985, a Assembleia Nacional Constituinte. A Assembleia foi presidida por Ulysses e encarregada de elaborar a oitava Constituição brasileira, que expressasse a realidade social e o processo de redemocratização do país após o término do regime militar.

Implicitamente, Deputados e Senadores que seriam eleitos no ano de 1986 possuiriam o duplo poder de atuar fossem como constituintes, fossem como legisladores ordinários, isto é, dispondo da prerrogativa de também votar as leis do País, paralelamente à elaboração do novo texto constitucional. Foi a primeira vez no Brasil que uma Assembleia Constituinte teve essas características.

### 2. Parada – Salão Nobre do Senado Federal

Aqui, no Museu do Senado, temos exposta a primeira das cinco Constituições que o Brasil teve enquanto república: a Constituição de 1891. Nela, nosso país passou a se chamar Estados Unidos do Brasil e se adotou o sistema de República Federativa e um Estado presidencialista e representativo, características mantidas nas futuras constituições; as províncias se tornaram estados e se estabeleceu um território para a construção da futura capital no planalto central. Além disso, se extinguiu o poder moderador e se estabeleceu a harmonia e independência entre os três poderes.

Outras constituições da República foram promulgadas em 1934, quando foi incluído o voto para mulheres (mantido até hoje) e importantes leis trabalhistas; em 1937, consumada pelo Estado Novo e conhecida

por seu autoritarismo ao conceder muitos poderes ao poder executivo; em 1946, quando foram retomadas algumas ideias liberais, a liberdade de expressão e o direito à greve, por exemplo; e em 1967, durante o regime militar, foi feita uma Constituição que confirmava Atos Institucionais e Atos Complementares impostos neste período autoritário.

### 3. Parada – Salão Negro

Aqui, no Salão Negro, aprenderemos um pouco mais sobre os precedentes da nova Constituição. Ao se iniciar a Nova República em 15 de março de 1985, o país vivia uma contradição. Por um lado, a liberdade estava de volta às ruas, como no caso das gigantescas manifestações populares em apoio à emenda das "Diretas já" um ano antes; o Congresso havia recuperado sua independência e derrotado no Colégio Eleitoral, dois meses antes, o candidato do partido situacionista à Presidência da República; e um Presidente civil havia acabado de assumir o poder.

Por outro lado, as leis que estavam em vigor eram ainda aquelas do tempo dos governos militares, um legado que logo seria chamado de "entulho autoritário". Para restaurar a democracia em sua plenitude, faltava ainda, entre outras medidas, restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República e elaborar uma nova Constituição em substituição à de 1967, a qual havia legitimado o regime militar.

A Assembleia Nacional Constituinte derivou da legítima pressão dos cidadãos pela redemocratização do País. O primeiro passo para foi a promulgação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. A emenda devolveu o direito de voto aos analfabetos, restabeleceu eleições diretas para a Presidência da República e para as Prefeituras dos Municípios considerados áreas de segurança nacional, instituiu a liberdade de organização partidária e concedeu representação

política ao Distrito Federal no Senado e na Câmara.

As eleições para a Constituinte, que, como dito anteriormente, foi determinada pela Emenda Constitucional nº 26, realizaram-se em 15 de novembro de 1986 com a participação de nada menos que 30 partidos políticos.

A característica mais marcante da Constituição de 1988 ficou sendo a participação direta e intensa da sociedade na sua elaboração. O Congresso havia se transformado no centro da vida nacional e a cada dia milhares de pessoas, algumas em grupos organizados, outras individualmente, transitavam por seus corredores na ânsia de participar. Uma razão a mais para a atual Carta Magna ser chamada "Constituição Cidadã".

A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988. À tarde do mesmo dia, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, o da República, José Sarney, e o do Supremo Tribunal Federal (STF), Rafael Mayer, encontraram-se na rampa do Congresso e foram saudados por uma salva de tiros de canhão.

### 4. Parada - Salão Verde

Aqui no Salão Verde, espaço de grande circulação de cidadãos comuns, deputados e também da imprensa, vamos saber um pouco mais sobre como foi a comunicação com a população durante a Constituinte.

Durante todo o processo, Câmara dos Deputados e Senado Federal juntaram esforços na comunicação para levar ao cidadão, por meio de jornal, televisão e rádio, tudo que acontecia diariamente nas comissões e plenários do Congresso. O Jornal da Constituinte, que circulou entre junho de 1987 e outubro de 1988, tinha a responsabilidade de informar a sociedade sobre tudo o que acontecia na Assembleia Nacional Constituinte, mostrando semanalmente, em detalhes, o processo de debate, elaboração e votação da Constituição; abrindo espaço para todos os parlamentares; explicando as propostas

apresentadas, inclusive as que foram derrotadas.

O Senado foi o responsável pela impressão dos periódicos “Diário da Assembleia Nacional Constituinte” e “Jornal da Constituinte”, além de avulsos que continham anteprojetos, emendas, pareceres, substitutivos, quadros comparativos, entre outros tipos documentais.

O Senado Federal, antecipando-se à própria instalação da Constituinte, criou, em 1986, o projeto Constituição – a voz do cidadão, que procurou mobilizar a sociedade, os grupos sociais e os indivíduos, colocando à disposição, nas agências dos correios de todos os municípios do Brasil, cinco milhões de formulários para envio de sugestões aos constituintes, que foram remetidos a todas Assembleias Legislativas, Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores dos mais distantes lugares deste imenso País. Durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a Nova Constituição. Foram recebidas mais de 72 mil sugestões de cidadãos de todo o país, além de outras 12 mil sugestões dos constituintes e de entidades representativas. Essa foi uma forma inédita de participação popular.

Foram apresentadas 122 emendas populares e várias delas foram aprovadas no texto da Constituição, como a que prevê os mecanismos de democracia direta: iniciativa popular de lei, plebiscito e referendo, que pela primeira vez em nossa história tornaram-se instrumentos de democracia direta previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

#### 5. Parada – Corredor das Comissões da Câmara dos Deputados (Anexo II)

A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante 20 meses, e foram em corredores como este que deputados, senadores e diversos cidadãos

circularam intensamente nas chamadas Comissões.

Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais). Atualmente, o número de parlamentares é maior, sendo 513 deputados e 81 senadores.

Na sessão de 24 de março de 1987, foi promulgada uma Resolução (nº 2/87), que estabelecia o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, em que se fixou a estrutura desta.

Criou-se um procedimento complexo e descentralizado para a elaboração constitucional em oito comissões temáticas, cada qual composta de três subcomissões, uma comissão de sistematização e uma de redação. Os trabalhos aconteceram simultaneamente aos trabalhos rotineiros do Congresso Nacional.

Haviam quatro fases de decisão e 34 foros de deliberação, todos submetidos ao quórum de maioria absoluta.

Era uma engrenagem complexa: a matéria bruta entrava pelas vinte e quatro subcomissões, de onde saía a primeira formulação constitucional em forma de anteprojetos temáticos. Estes seguiam para as oito comissões temáticas em que se apurava e depurava o material vindo das subcomissões, formando um anteprojeto de constituição que, por sua vez, passava à Comissão de Sistematização, onde o material era reelaborado e sistematizado num projeto de constituição a ser submetido ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Lá, sofria dois turnos de discussão e votação para se chegar ao texto, como se chegou à Constituição de 1988.

O quadro das comissões foi marcado por inúmeros conflitos entre conservadores, liderados por José Lourenço, e progressistas, liderados por Mário Covas, que eram minoria mas conseguiram levar ao projeto boa parte de suas ideias. Alguns temas que enfrentaram muitos debates

foram a questão da reforma agrária, que se debatia na Comissão da Ordem Econômica, e da comunicação, na Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia e Comunicação.

Devido a diversas barreiras, nem conservadores nem progressistas elaboraram um anteprojeto de Constituição que foi apresentado à Comissão de Sistematização.

## 6. Parada - Paineis de Deputadas

Este painel aponta as mulheres que já ocuparam o cargo de Deputadas Federais, inclusive as 26 deputadas que estiveram presentes na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou a campanha Mulher e Constituinte, que percorreu o país acolhendo demandas das mulheres e ampliou os canais de comunicação entre os movimentos sociais e os mecanismos de decisão política.

Estas mulheres reivindicavam o direito à voz, à representação e à vez na vida pública, à dignidade na vida cotidiana; direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas.

Em março de 1987, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher entregou ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*, que tratava de temas como educação, saúde, família, trabalho, violência, educação e cultura. O documento foi resultado de uma campanha nacional, em articulação com ativistas, movimentos feministas e associações de todo o país durante dois anos. De acordo com levantamento do próprio conselho, 80% das reivindicações foram aprovadas.

As deputadas proferiram discursos históricos no dia de promulgação da Constituição, que defendiam, por exemplo, o direito à licença maternidade, o direito ao trabalho e o direito ao planejamento

familiar. Todos os discursos da Constituinte estão disponíveis no site do Congresso Nacional.

Atuando como elo entre constituintes e o movimento das mulheres, a bancada feminina ficou conhecida como "Lobby do Batom"- uma maneira de depreciar a atuação dessas mulheres. No entanto elas uniram-se independentemente de seus partidos, classes sociais e convicções, e aprovaram cerca de 80% de suas reivindicações, provando sua força na Assembleia e no poder legislativo.

Algumas conquistas da Constituição de 88 foram a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, a licença remunerada à gestante de 120 dias, licença paternidade, proibição de diferenças salariais e de critérios de admissão por motivo de sexo e as denúncias de discriminação e violência contra a mulher, que resultaram na Lei Maria da Penha em 2006.

## 7. Parada – Plenário da Câmara dos Deputados / Ulysses Guimarães

A Constituição Cidadã foi promulgada em 5 de outubro de 1988 aqui, no Plenário Ulysses Guimarães. Tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização do Brasil.

Após 21 anos de regime militar, a sociedade brasileira recebia uma Constituição que assegurava o estado democrático de direito, a liberdade de pensamento e liberdades políticas suprimidas pelos atos institucionais do regime militar, ao criar mecanismos para evitar abusos de poder do Estado. Retomou as eleições indiretas, vetou qualquer forma de censura, ampliou o voto aos analfabetos, reformou o sistema tributário e garantiu o direito à greve.

Uma outra conquista importantíssima após tantos anos de regime militar foi a possibilidade de os cidadãos apresentarem projetos de lei, com a assinatura de 1% dos eleitores do País.

A sessão de promulgação aconteceu com o plenário lotado. Estavam presentes os constituintes, parlamentares estrangeiros, embaixadores, integrantes do governo, militares, representantes de instituições religiosas e outros convidados. Logo depois da execução do Hino Nacional, Ulysses assinou os exemplares originais da Constituição. Em seguida, Ulysses levantou-se de sua cadeira e ergueu um exemplar.

Disse: “Declaro promulgada. O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude para que isso se cumpra!”

Todo o Plenário aplaudiu. Eram 15h50 - a partir desse momento, passava a valer a nova Constituição do Brasil.

Depois disso todos os constituintes, além do presidente da República e do STF, juraram "manter, defender, cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Discursaram no dia 5 de outubro o senador Afonso Arinos, representando o Senado Federal, e o presidente da Assembleia da República de Portugal, o deputado Victor Crespo, que falou representando as autoridades estrangeiras presentes.

O nome deste plenário deve-se ao deputado Ulysses Guimarães, que, como já comentamos, presidiu a Assembleia Nacional Constituinte e promulgou a nova Constituição. Em seu discurso, o terceiro e último da sessão, afirmou que ecoavam na sala as reivindicações das ruas e que a nação quer, deve e vai mudar. Amaldiçoou a tirania da Ditadura Militar, defendeu a forma Federativa e a soberania popular que representava a nova Constituição. Todo seu discurso está completo no site do Congresso Nacional.

#### 8. Parada - Salão Azul

O Senado Federal cumpriu importante papel para a Constituição Cidadã. Quem presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada em julho de 1985, responsável por criar um anteprojeto constitucional que serviu de texto básico para a elaboração da nova Constituição, foi o senador Afonso Arinos de Melo Franco. Este projeto marcou o início do debate formal sobre a nova Constituição.

Composta por 50 membros, a Comissão entregou o anteprojeto constitucional em setembro do ano seguinte e, embora não tenha sido encaminhado oficialmente ao Congresso, foi publicado e serviu de base para muitos dos constituintes que, em fevereiro de 1987, passaram a debater oficialmente a construção da nova Constituição num trabalho que se desenvolveu em sete etapas, desdobradas em 25 fases distintas. E o próprio senador Afonso Arinos tornou-se um dos constituintes, tendo sido designado presidente da Comissão de Sistematização, uma das etapas mais importantes desse processo.

Além disso, todas as sugestões enviadas pelos cidadãos foram compiladas pelo Senado Federal.

#### 9. Parada - Praça das Bandeiras

Aqui na Praça das Bandeiras, temos as bandeiras de todas as nossas 27 unidades da Federação- mas nem sempre tivemos todos esses estados. No dia da promulgação da Constituição de 1988, foi celebrada a criação de três novos estados brasileiros: Amapá, Roraima e Tocantins. Os dois primeiros já eram territórios, criados em 1943 e em 1962, respectivamente, e foram elevados à categoria de Estado com a Constituição. Já o estado do Tocantins foi criado a partir da divisão do estado de Goiás pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A emancipação representou o crescimento dessas regiões e também permitiu sua participação nas decisões políticas, o que

ajudou a dar maior equilíbrio federativo ao país.

#### 10. Parada – Túnel do Tempo

Aqui no Túnel do Tempo temos um painel sobre a Constituição de 88. Algumas das conquistas dessa Constituição foram a inclusão da Educação como dever do Estado, inclusive para quem não teve acesso ao ensino na idade certa. Foi ampliada a educação rural e enfatizados os esforços para incluir as crianças com deficiência e a população indígena. A educação aparece como, direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A defesa do consumidor também foi introduzida como um direito fundamental. O Código de Defesa do Consumidor foi elaborado por determinação expressa da Constituição.

A nova Carta também garantiu ao brasileiro o pleno acesso à Cultura e conferiu ao Estado a obrigação de proteger todos os tipos de manifestações tipicamente nacionais, como a indígena, a popular e a afro-brasileira.

Direitos fundamentais foram garantidos em várias áreas. Na Saúde, por exemplo, a grande revolução foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, União, estados e municípios são responsáveis por um sistema integrado de atendimento à saúde ao qual todo cidadão brasileiro e até mesmo estrangeiros têm acesso. Antes, apenas quem era filiado ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) podia utilizar os hospitais públicos. O restante era atendido pelas Santas Casas e outras entidades beneficentes.

A Constituição de 88 também reconheceu a importância da biodiversidade ao dedicar um capítulo ao Meio Ambiente. Passou a exigir avaliação de impacto ambiental para obras e abriu caminho para legislações

posteriores, como a Lei das Águas e a Lei dos Crimes Ambientais.

Algumas outras conquistas também vieram, como o atendimento especial a portadores de necessidades especiais; a demarcação de terras indígenas; o reconhecimento da propriedade de áreas remanescentes de quilombos; o direito de voto para maiores de 16 anos; o estabelecimento do habeas data, ou seja, do acesso à informação pelo cidadão; a universalização da Previdência Social; e a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

#### 11. Parada - Plenário do Senado

Aqui no Plenário do Senado, vamos falar um pouco mais sobre características da Constituição Cidadã e o porquê da adoção do Federalismo.

A Constituição de 1988, em resposta à forte centralização promovida pelo regime militar, instituiu uma descentralização radical. Além de ter transferido uma parte substancial das receitas tributárias da União para os demais entes federados, concedeu maior autonomia política, legislativa e administrativa aos Estados e aos Municípios, transformando o Brasil numa federação com três níveis de governo.

O Brasil passa a ter um modelo cooperativo, um modelo de cooperação solidária entre União, estados, municípios e Distrito Federal como entidades da indissolúvel República Federativa, para a consecução de suas finalidades, seus objetivos, seus princípios e para a garantia e efetividade dos direitos dos cidadãos.

A Constituição explicita que não será objeto de deliberação a proposta de emenda que tende a abolir a forma federativa de estado ou qualquer tendência que tenha a inclinação para atentar ao modelo do pacto federativo.

#### 12. Despedida - Chapelaria

Neste último ponto da nossa visita, vamos fazer uma breve comparação do Brasil de 1988 e de 2018.

Na época em que a Constituição foi promulgada, o Brasil tinha uma população de 188 milhões de brasileiros, número que subiu para mais que 207 milhões em 2018.

A população urbana, antes 75,5%, aumentou para 86%.

A desigualdade de renda diminuiu segundo o índice de Gini, que é um índice que vai de zero (menos desigual) a um (mais desigual): era 0,615 e hoje é 0,515. Na África do Sul esse índice é de 0,634 e na Ucrânia é 0,241.

Os índices de analfabetismo caíram de 17,2% para 8%. O salário mínimo era de R\$384 e subiu para R\$937.

O PIB do país cresceu: de 330 bilhões de dólares, passou a 1,796 trilhões.

A expectativa de vida subiu de 65,7 anos para 75,1.

Sabemos que o Brasil possui uma democracia muito recente, e assim também o é o modelo Federalista na Constituição de 1988. O período que estamos vivendo é o da reestruturação do federalismo e da democracia, que foi fortemente prejudicado no período do regime militar e está em construção e reestruturação. A União, os estados e os municípios hoje estão em sintonia em suas competências concorrentes e observamos uma série de avanços em algumas áreas, como Educação e Saúde.

O fato de a feitura de nossa Constituição ter sido marcada por intensa participação popular pode servir de lição a todos nós para que exerçamos nossa cidadania de forma bastante ativa, nos nossos Municípios, Estados e no nosso País.

Nós esperamos que essa visita os tenha feito perceber que o Congresso Nacional é um espaço que pertence ao povo brasileiro.

Todos os cidadãos podem e devem frequentá-lo não só para as visitas, mas também para participação em Audiências Públicas, Sessões Plenárias e todas as atividades legislativas.

Agradecemos a atenção e até a próxima!

Escrito por Beatriz Monteiro Lemos

#### Referências bibliográficas:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/03/foto-historia-mulheres-constituintes>

[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf)

<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html>

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/panorama-da-constituente>

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/panorama-da-constituente>

toria/25-anos-da-constituicao-de-1988/momentos-marcantes-da-constituente

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/ComESub.pdf>

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/fontes.pdf>

<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html>

<http://www2.camara.leg.br/acamara/cursos/posgraduacao/arquivos/publicacoes/banco-de-projetos/projetos-ip-3a-edicao/Alessandra%20Schettino%20Tavare%20-%20projeto%20curso%20IP%203a%20ed.pdf>

[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/)

<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html>

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988>

[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT\\_Abertura.asp](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp)

[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/o-processo-historico-da-elaboracao-do-texto-1](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/o-processo-historico-da-elaboracao-do-texto-1)

<http://www.senado.leg.br/noticias/especiais/constituicao25anos/exposicao-senadogaleria/Jornal-Constituente.pdf>